

**ELABORAÇÃO DO TERMO DE
REFERÊNCIA PARA O
PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS
DA BACIA DO RIO DOCE**

Belo Oriente/ Dezembro 2005

NEY MARANHÃO

PRH Doce - Pano de Fundo

- **Iniciativas do CBH-Doce**
- **Evolução da gestão dos recursos hídricos no Brasil a partir da lei 9433 de 08 de janeiro de 1997**
- **Experiências anteriores em bacias de rios de domínio federal**

**Decisão de
fazer o PRH
em AGO04**

**25AGO05 – CBH
aprova documento
com sugestões**



Discussões
internas – os
anseios e
expectativas



Elaboração
do TDR
de 05AGO05
a 02DEZ05



Licitação e
contratação
(de 4 a 6
meses)



Elaboração do
PRH

Duração: 15 meses

Reuniões com a CEATR

- 2 reuniões, em Outubro e Novembro, em Governador Valadares
- Apresentar o PP02 (Diagnóstico Preliminar) e o PP03 (TDR do Plano)
- Privilegiar a recepção de comentários relativos aos dois documentos
- Promover a prospecção de alguns temas relativos ao PRH Doce

O contexto do TDR

- **O espaço do TDR, o CONTRATANTE do PRH Doce, os atores da bacia e o CONTRATADO**
- **As manifestações do CBH Doce quanto ao plano, particularmente as Deliberações no.15 e 16**
- **Vínculos do TDR com a lei 8.666**

TDR x Deliberação 15

- “coincide a perspectiva adotada pelo autor deste trabalho com a posição do CBH Doce, traduzida no documento “ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE - PRINCIPAIS CONCEITOS E DIRETRIZES IDENTIFICADOS PELO CBH-Doce, COMITÊS DE BACIAS AFLUENTES DO RIO DOCE E DEMAIS UNIDADES DESCENTRALIZADAS” que integra a sua Deliberação nº. 15 de 25 de agosto de 2005, e que foi devidamente considerado na preparação do presente documento, especialmente quanto a diretrizes, princípios e métodos que devem governar a confecção do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PRH Doce)” *(TDR, pg. 2)*

TDR x Deliberação 15

- “Por tratar-se de manifestação específica do CBH Doce, decorrente de longo processo de discussão estabelecido no seio deste comitê, que contou com a participação de representantes dos comitês das sub-bacias afluentes e que traduz as expectativas e entendimentos desse colegiado relativamente à elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, **o mesmo deverá ser levado em conta na elaboração das propostas técnicas e, mais tarde, na elaboração do Plano.** (TDR, pg. 2)
- “Dentre as intervenções que poderão ser incluídas no programa de investimentos do PRH Doce, o CBH Doce já manifestou[1] seu desejo de nele ver incluídos programas orientados para:”
[1] Ver “ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE - PRINCIPAIS CONCEITOS E DIRETRIZES IDENTIFICADOS PELO CBH-Doce, COMITÊS DE BACIAS AFLUENTES DO RIO DOCE E DEMAIS UNIDADES DESCENTRALIZADAS”, CBH Doce, 2005, pgs. 30 a 33. (TDR, pg. 39)

TDR x Deliberação 15

- **Entre as expectativas do CBH manifestas em sua Deliberação nº. 15, está a definição de vazões nos exutórios de bacias afluentes associadas a uma qualidade das águas nesses pontos através de negociações e compromissos estabelecidos entre os atores da bacia. Neste sentido, o instrumento do enquadramento muito poderá contribuir, não só para a compreensão dos aspectos envolvidos, apoio às discussões relativas ao tema e expressão do que vier a ser acordado, mas também para avaliação dos efeitos de intervenções consideradas. *(TDR, pg. 20)***
- **Comentários sobre a problemática envolvida e as expectativas quanto a esses programas podem ser encontradas no ANEXO 1 deste TDR – “Diagnóstico Preliminar da Bacia do Rio Doce” e no documento “ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE - PRINCIPAIS CONCEITOS E DIRETRIZES IDENTIFICADOS PELO CBH-Doce, COMITÊS DE BACIAS AFLUENTES DO RIO DOCE E DEMAIS UNIDADES DESCENTRALIZADAS que integra a Deliberação nº. 15 do CBH Doce. *(TDR, pg. 40)***
-

O TDR

- cuidado de observar a legislação vigente e
- contextualizar o escopo do Plano de Recursos Hídricos - PRH diante
 - das características da bacia,
 - do quadro institucional vigente e
 - das perspectivas de sua evolução.
- formula um conteúdo metodológico capaz de integrar as necessidades dos diferentes atores envolvidos, particularmente dos Estados e da União, que têm a competência constitucional de gerir o bem público representado pelos recursos hídricos da Bacia.
- esclarece quanto a
 - objetivos,
 - metodologias e
 - procedimentos operacionais a serem observados,
 - estruturação do Plano em etapas,
 - envolvimento da sociedade na tomada de decisões em cada uma dessas etapas e
 - produtos intermediários e finais.

O TDR

- Roteiro (1/2)
 - 1-Introdução
 - 2-Fundamentos eAntecedentes
 - 3-Characterização da Bacia
 - » Questões – chave para o desenvolvimento do TDR
 - 4-Escopo dos Serviços
 - 5-Indicações metodológicas

O TDR

- Roteiro (2/2)
 - 6- Atividades a serem cumpridas
 - 7-Produtos e Prazos
 - 8-Equipe técnica
 - 9-Participação pública e acompanhamento do plano

CAPÍTULO 3

Fundamentos e Antecedentes

- marco referencial (representado por uma avaliação global do conhecimento existente sobre a bacia) e
- marco teórico, que constituem o pano de fundo para os estudos a serem realizados.

CAPÍTULO 4

Diagnóstico Preliminar da Bacia,

- o primeiro produto parcial do contrato S A - 11356/2005,
- parte integrante deste TDR como seu Anexo 1.
- oferece aos proponentes uma visão de conjunto da bacia e de sua problemática básica, de forma a nivelar-lhes o conhecimento e apoiar suas estratégias de elaboração do plano.

Questões-chave

- **Vazões nos Exutórios das Sub-bacias dos Afluentes do Rio Doce**
- **Uso da Água e Conflitos de Uso**
- **Saneamento Ambiental**
- **Erosão, Desmatamento e Assoreamento dos Cursos d'Água**
- **Cheias**
- **Relação entre o CBH Doce e CBHs de rios de domínio estadual: a necessidade de um arranjo institucional**
- **Implementação dos instrumentos de gestão**
- **Assimetrias econômicas como pano de fundo do Plano de Recursos Hídricos**

CAPÍTULO 5

- conteúdo da proposta técnica dos candidatos à realização do PRH Doce
- estabelece o escopo dos serviços a serem licitados, indicando o objetivo geral e os objetivos específicos a serem atendidos e o horizonte de planejamento, elementos essenciais para estimar-se o volume e a amplitude do trabalho demandado

CAPÍTULO 6

- discorre sobre as metodologias que devem ser empregadas na elaboração do plano e, com base nessas recomendações metodológicas, descreve brevemente a estruturação dos serviços em etapas e atividades e delinea o conteúdo de cada atividade prevista

AS ETAPAS DE UM PLANO

1

**1a. ETAPA
DIAGNÓSTICO**
Coleta e tratamento de dados
Construção da realidade existente (“o rio que temos”)

2

**2a. ETAPA
PROGNÓSTICO**
Projeção
Cenários
Alternativas de aumento da oferta de água e de redução da demanda

3

**3a ETAPA
PLANO PRORIAMENTE DITO**
Construção da realidade desejada (“o rio que queremos”)
Estabelecimento das metas do plano
Levantamento das intervenções desejadas e das fontes de recursos necessários
Identificação das metas prioritárias
Hierarquização das intervenções e construção dos cenários do plano
Montagem de cada cenário (“o rio que podemos”)
Esquema de implementação do plano

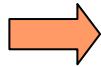
4

MONITORAMENTO DO PLANO E INTRODUÇÃO DE REVISÕES/ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS
RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

**CBH E
SOCIEDADE**

Mobilização

**Acompanhamen
to da equipe
encarregada de
elaborar o plano**



**Comunicação
social**

MOBILIZAÇÃO

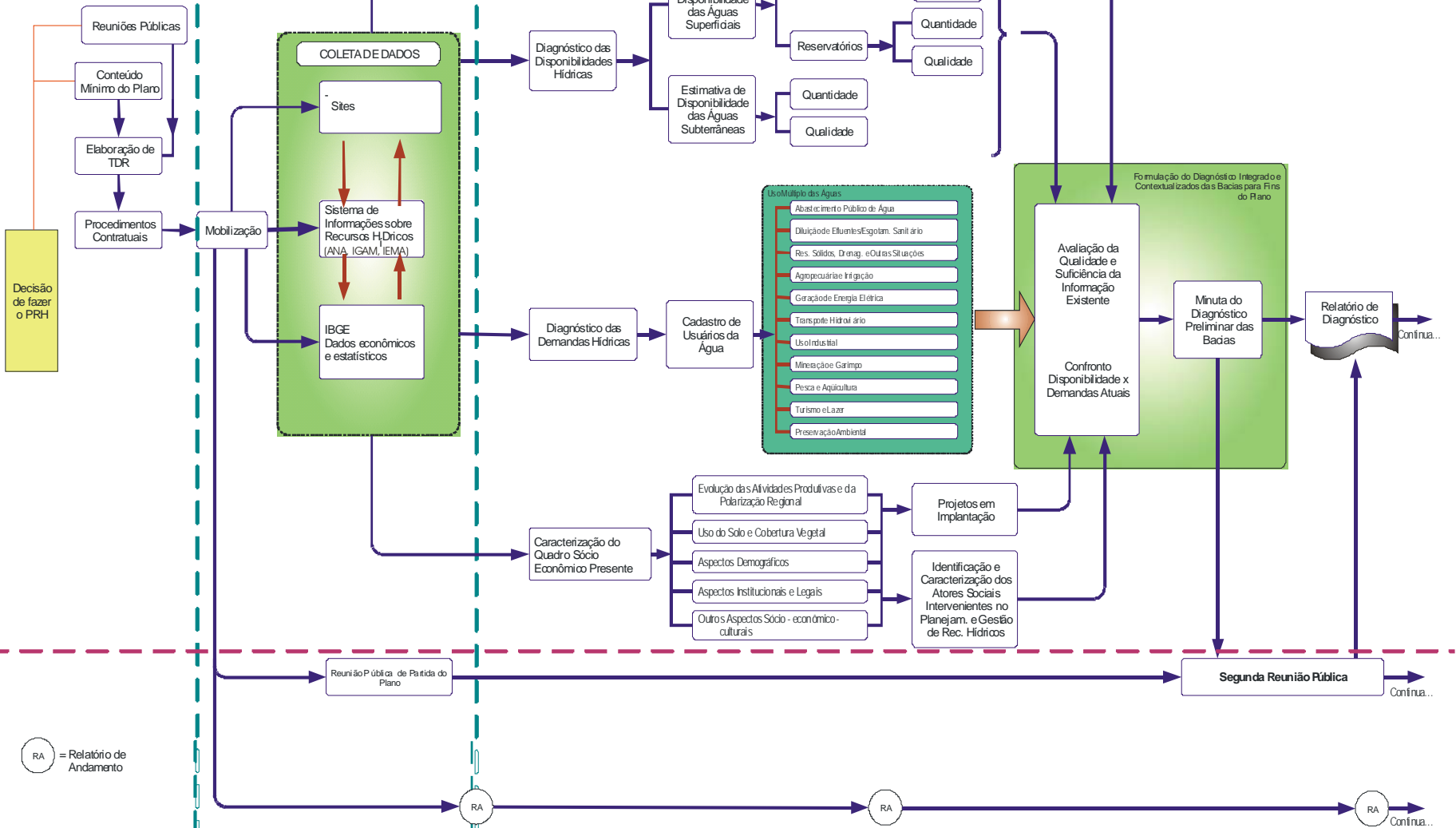
MOBILIZAÇÃO

ETAPA 1
Mobilização e Coleta de Dados

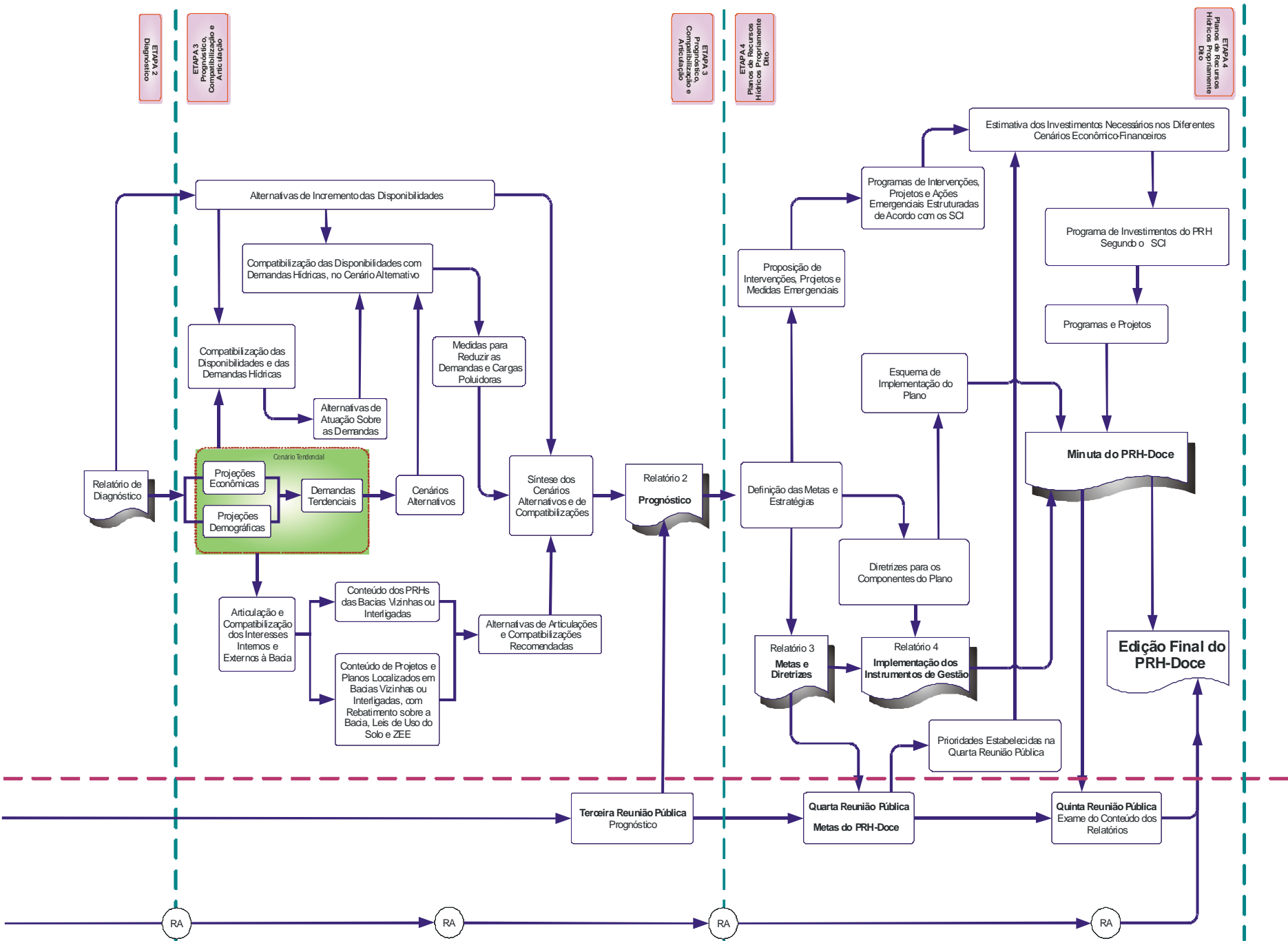
MOBILIZAÇÃO
Coleta de Dados

ETAPA 2
Diagnóstico

ETAPA 2
Diagnóstico



RA = Relatório de Andamento



CAPÍTULOS 7, 8 E 9

- 7. PRODUTOS
 - Intermediários
 - Finais
- 8. RECURSOS HUMANOS
- 9. PRAZOS
 - Global (15 meses)
 - Etapas

CAPÍTULO 10

- Trata de

Três vertentes

- questão da participação pública e do CBH Doce na elaboração do Plano,
- “modus operandi” da Supervisão Técnica que será exercida pela CONTRATANTE e acompanhamento a ser exercido pelo CBH Doce,
- processo de aprovação dos produtos parciais e finais,
- Sistema de Garantia da Qualidade na elaboração do Plano

TDR e Participação pública

- “Cada etapa do processo de elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia deverá contar com a participação da sociedade. Para tanto, devem ser criados mecanismos sistematizados para seu adequado envolvimento,....”

TDR e Participação pública

- Para que haja a gestão participativa, é indispensável que **os vários atores sociais da bacia hidrográfica**, sobretudo os maiores usuários das águas, **sejam envolvidos durante toda a elaboração do Plano, identificando e sistematizando os interesses múltiplos, por vezes conflitantes**. Além disso, a participação social permite obter informações que usualmente não estão disponíveis nas fontes convencionais de consulta e que, por meio de técnicas especiais e de profissionais experientes, são incorporadas ao Plano. *(TDR, pg. 14)*
- O Plano de Recursos Hídricos também estabelecerá **a conexão entre as decisões tomadas pelos atores da bacia, a realidade existente e a visão de futuro**, fundamentando-as com dados e resultados de análises empreendidas. *(TDR, pg. 20)*

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Primeira Vertente

- acompanhamento dos trabalhos da CONTRATADA por um Grupo de Acompanhamento do Plano /GAP
- mas não se limitará a um mero recebimento/transmissão de elementos informativos ou a um conjunto de eventos descontínuos.
- “um esquema que efetive e dê conseqüência à participação do CBH Doce na confecção do PRH Doce, estimulando o intercâmbio de informações, o diálogo CONTRATADA-GAP, deste com o CBH Doce e do CBH Doce com os demais atores da bacia, em um processo que promova a articulação, integração e participação dos mesmos e assegure que todas as decisões importantes ligadas à elaboração do PRH Doce possam ser devidamente discutidas, negociadas e acordadas, produzindo os compromissos indispensáveis para o sucesso do Plano.”

PARCIPAÇÃO PÚBLICA

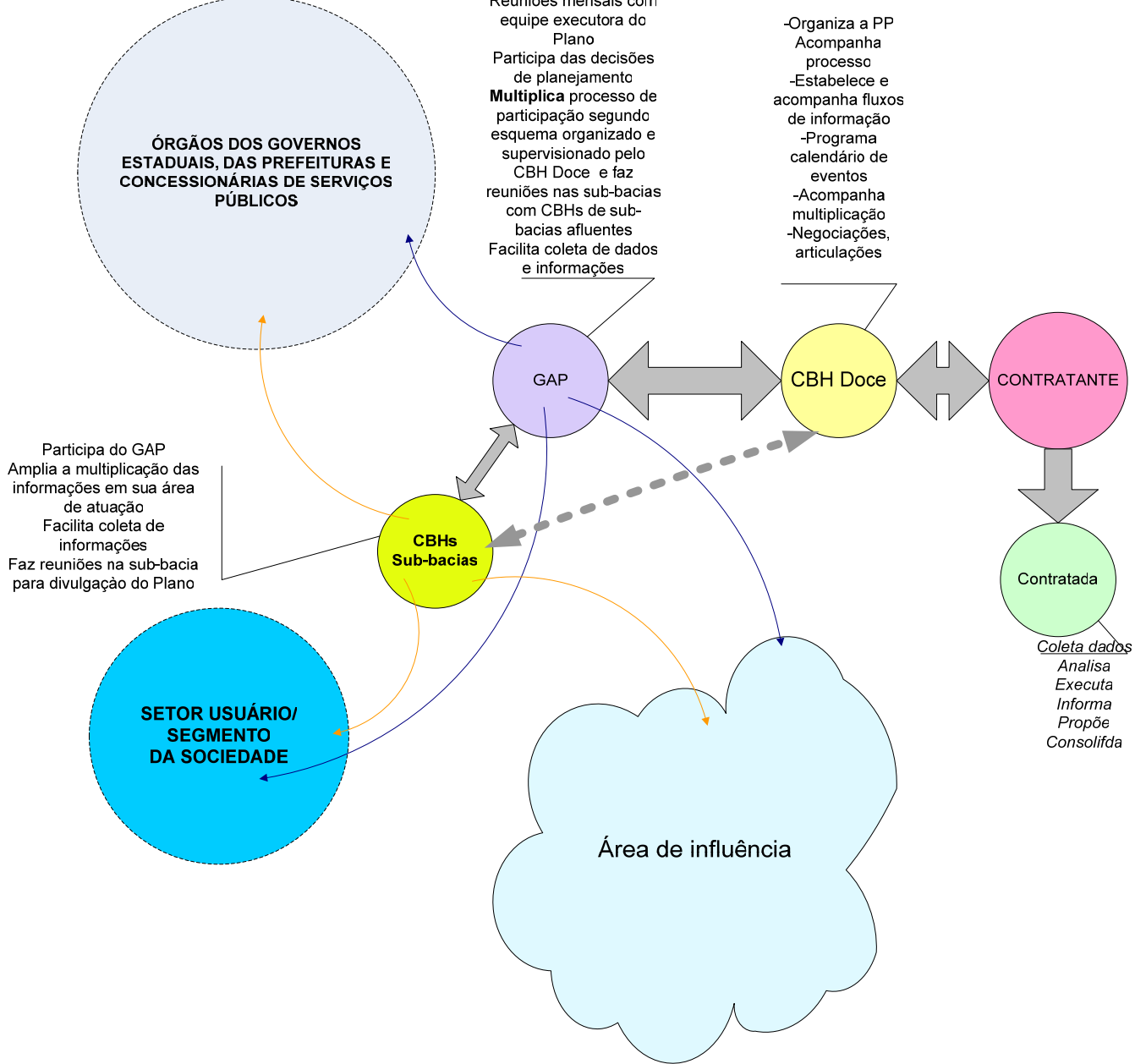
Segunda Vertente

- “um conjunto de reuniões públicas, com a participação da CONTRATADA, indicadas no Capítulo 6, para informação geral e coleta de elementos informativos/sugestões.”
- “Desta forma, a CONTRATADA deverá ter ciência de que este deve ser um processo fundamentalmente proativo, uma via de mão dupla, na qual a sociedade, através do CBH Doce e do GAP é ouvida, se manifesta, conhece, negocia, firma compromissos e do qual reuniões públicas adequadamente preparadas e conduzidas representam o aspecto mais evidente”.

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Terceira Vertente

- **Conduzida diretamente pelo CBH Doce, com o concurso e apoio dos CBHs das bacias afluentes, que organizará sua forma e ritmo,**
- **finalidade: ampliar a disseminação de informações sobre o Plano e de debate dos assuntos a ele relacionados, inclusive se encarregando diretamente dessas tarefas.**
- **“destaca-se a sua essencialidade para a estruturação, expansão e consistência do processo de participação pública, de modo a permitir que todos os cidadãos participantes do Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos ou nele interessados, possam intervir na elaboração do Plano, permitindo-lhes compreendê-lo e participar, adequadamente preparados, das reuniões públicas”.**



PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
MULTIPLICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

F

I

M